

Heranças de um país “monolíngue”

*Eliane Scherer**

Resumo

O artigo busca apresentar relatos que confirmem a decisão política de tornar o Brasil um país monolíngue e quais consequências essa forma de repressão causou para a trajetória da língua alemã em solo brasileiro. A pesquisa está dividida em três partes, a primeira constitui-se em um levantamento histórico geral sobre o Brasil e as línguas que aqui se instalaram. Na segunda seção, apresentam-se algumas descrições relatadas pelos informantes entrevistados, que moram em Chapecó, em relação à língua alemã e a decisão política monolíngue. E a última questão enfatizada abarca políticas atuais que abordam a diversidade brasileira.

Palavras-chave: País monolíngue. Línguas. Políticas.

“A história de uma língua está diretamente associada à história das gerações de seus falantes.”(ALTENHOFEN; MELLO; RASO, 2011, p. 28)

Introdução

A língua conata a identidade de um país, de uma sociedade ou, ainda, de um indivíduo. Ela traz enraizada nela mesma características culturais que demonstram como um grupo se manifesta, é através da língua que compreendemos o comportamento cultural de uma comunidade de fala. Muitas vezes não percebemos tamanha a importância que uma língua tem, por isso certas decisões tomadas em relação a ela trazem consequências que não são medidas por concepções políticas.

Este artigo abarca-se dessas resoluções políticas para descrever como foi a realidade de um grupo étnico nesse ínterim, principalmente relacionado a decisão de tornar o Brasil um país monolíngue com o Estado Novo (1937-1945), fato que na verdade não se consuma, pois existem em torno de 180 línguas nativas ou indígenas que ainda são faladas em território brasileiro. Também é preciso lembrar da língua dos imigrantes, como o japonês, o alemão e o italiano, além da língua dos africanos que raramente é reconhecida.

Portanto, o presente trabalho busca mostrar como a decisão de tornar o Brasil um país de falantes de uma única língua oficial, o português, ainda traz consequências para comunidades de fala que viviam em solo brasileiro, mais especificamente a etnia alemã que residia em Santa Catarina nos arredores de Chapecó. Para tanto, realizou-se coleta de dados com dois grupos de pessoas constituindo quatro entrevistas com dois homens e duas mulheres com idade entre 46 a 61 anos, na qual foram realizadas perguntas sobre a língua e a convivência com a mesma no passado e no presente.

Dessa forma, pretende-se desmistificar a crença de que o Brasil é um país monolíngue e mostrar que ainda existem povos, etnias ou grupos que representam o plurilinguismo desta nação, porém a indagação que não cessa é até quando teremos essa mistificação e diversidade que representa o povo brasileiro.

A pesquisa apresenta-se em três partes, a primeira é constituída de um levantamento histórico sobre a origem do Brasil e as línguas que se instalaram e tiveram contato em solo brasileiro. A segunda parte é referente aos dados coletados com quatro informantes de origem alemã e que residem em Chapecó, os quais relatam experiências que viveram em relação a língua alemã e portuguesa, como também, histórias contadas pelos antecessores. E a terceira etapa descreve brevemente sobre as políticas atuais e o que se espera a respeito delas.

O Brasil e suas línguas

De acordo com a Constituição Federal do Brasil de 1988, artigo 13, a língua portuguesa é a língua oficial do Brasil, portanto o País é considerado monolíngue. Porém, se retomarmos a história brasileira, percebemos que o português é mais uma língua entre muitas que por aqui marcaram sua identidade. Considerando as diversas línguas que fazem parte do vasto território brasileiro podemos desmistificar a ideia de monolinguismo, pois o País suporta muito mais pluralidade linguística. Referindo Altenhofen e Oliveira (2011), que citam Gilvan Müller de Oliveira:

Conceber uma identidade entre a ‘língua portuguesa’ e a ‘nação brasileira’, sobretudo através do conceito de ‘português brasileiro’, sempre foi uma forma de excluir importantes grupos étnicos e linguísticos da nacionalidade; ou de querer reduzir estes grupos no mais das vezes à força, ao formato ‘lusobrasileiro’. Muito mais interessante seria redefinir o conceito de nacionalidade, tornando-o culturalmente mais enriquecedor, e permitiria que conseguíssemos nos relacionar de uma forma mais honesta com a nossa própria história. (ALTENHOFEN; OLIVEIRA, 2011, p. 191).

O Brasil possui grande diversidade linguística com cerca de duzentas línguas existentes, sendo aproximadamente 180 línguas indígenas e vinte línguas de imigração, no entanto, a maioria dos habitantes foram impostos a falarem o português. Além disso, não podemos esquecer de mencionar que alguns estudiosos consideram

um país monolíngue um mito, pois a própria língua oficial pode ter suas variedades, e estas podem variar de acordo com sexo do falante, idade, rede social etc. Bernard Poche (1989) relata:

A afirmação do monolinguismo exclusivo corresponde ao mito de uma sociedade uniforme, mito essencialmente normativo cujo uso é frequentemente ambíguo. À medida que a maior parte dos indivíduos nas sociedades 'modernas' pertence a vários grupos a prática de várias línguas é uma realidade de fato, da qual seria fácil dar exemplos a partir da pluralidade de papéis sociais. (POCHE, 1989, p. 75).

A história do Brasil se faz com o contato entre várias línguas. Primeiramente, quando os portugueses chegaram em solo brasileiro, já existia uma nação que cultivava seus hábitos e também apresentava uma língua (ou suas línguas): os indígenas, cuja cultura era muito diversificada e segundo Cavalcanti (1999, p. 389) “é importante observar que, por volta do ano de 1500, a população indígena era aproximadamente de 5 milhões de pessoas e as línguas faladas eram cerca de 1300”, e menos de duzentas línguas sobreviveram, assim como muitos índios e comunidades indígenas morreram ou foram mortas durante a apropriação do território brasileiro. Algumas línguas indígenas ainda hoje só existem na oralidade e outras têm mistura do contato com o português e/ou outras línguas. O português também traz traços de línguas faladas pelos indígenas, como o tupi. Seguem exemplos: abacaxi, arara, caju, caatinga, capinar (CAVALCANTI, 1999).

Muitas línguas indígenas morreram devido a políticas monolingualizadoras, já que o Marquês de Pombal, em 1757, impôs a língua portuguesa aos indígenas. Isso também ocorre com as línguas africanas que perderam espaço devido à proibição de qualquer manifestação que não fosse o português. Mesmo assim, a língua portuguesa incorporou muitas expressões usadas pelos africanos, como cachimbo, chuchu, moleque etc. (CAVALCANTI, 1999). Os africanos começaram a ser traficados para o Brasil em 1538, pois a mão de obra escrava indígena não funcionou, portanto, os portugueses

buscaram trabalho escravo na África, em torno de seis milhões de africanos vieram ao País para trabalhar nas terras brasileiras e o tráfico negreiro perdurou por três séculos.

Segundo Ferraz (2007), a colonização se deu por povos forçados, por exemplo, os africanos no início da colonização, e os espontâneos, como os asiáticos e os europeus. Até o século XVIII a imigração era de portugueses e africanos, após essa data começou a vinda dos alemães (1824), italianos (1875) e japoneses para a região Sul e Sudeste, especificamente na área rural. Foram cerca de cinco a sete milhões de imigrantes até por volta de 1970, entre eles, poloneses, holandeses, chineses, árabes. A vinda dos europeus e asiáticos se deu pela falta de trabalho nas lavouras e agricultura e muitos trabalharam abrindo novos caminhos para o oeste. Também existe a alegação de que a chegada dos europeus se formatou, principalmente, devido a uma política de branqueamento do País.

Com toda essa miscigenação de povos e a coexistência de várias línguas, pois muitas comunidades falavam a variedade ou língua da colônia onde moravam, em 1937 instaurou-se a política de nacionalização do ensino no País, com o Estado Novo, de Getúlio Vargas, que “[...] levou ao fechamento de escolas e a proibição do uso das línguas dos imigrantes, principalmente alemão e italiano.” (ALTENHOFEN, 2004, p. 84). Segundo Ferraz (2007), até a data de instalação da política do Estado Novo, em muitas colônias alemãs todo ensino se fazia em alemão. Uma das consequências dessa decisão foi a perda das línguas dos imigrantes e do ensino destas nas escolas. Altenhofen e Oliveira (2011) falam das políticas repressoras, principalmente em relação ao Estado Novo:

De modo semelhante, o Estado Novo (1937-1945), aproveitando as turbulências pré-Segunda Guerra Mundial e os interesses das classes dominantes na época, marcou um dos momentos mais tensos de repressão às línguas *alóctones*, através do processo que ficou conhecido como *nacionalização do ensino* e que pretendeu selar o destino das línguas de imigração no Brasil, especialmente o do alemão e do italiano na região *colonial* de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. (ALTENHOFEN; OLIVEIRA, 2011, p. 192).

A política de hierarquização de uma língua fez com que o português se tornasse a língua de prestígio, usada em todos os locais (igrejas, prefeituras etc.), estigmatizando as demais línguas e trazendo o preconceito contra os falantes de variedades, o que causou a morte de muitas línguas, principalmente indígenas – podemos denominar de linguicídio, segundo Skutnabb-Kangas e Phillipson (1996). O desaparecimento de uma língua, na verdade, leva consigo a valorização que esta língua tem, ou seja, todas as informações culturais, geográficas e cognitivas que fazem parte dela.

Já Altenhofen (2004) vê a política de nacionalização da língua portuguesa como um acontecimento que trouxe muita repressão aos falantes de outras variedades que não fossem o português no Brasil, mas não foi o único condicionante que trouxe a mortandade das línguas alóctones.

Na minha interpretação, esse refúgio no dialeto local dos imigrantes contribuiu antes para manter por mais um bom período de tempo a língua de imigrantes, produzindo portanto um efeito contrário ao desejado pelas leis de nacionalização. A substituição da língua de imigrantes pelo português dá-se lentamente, por meio não de leis mas dos mecanismos sociais que ganham impulso com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, o processo acentuado de urbanização e, conseqüentemente, a penetração maior do português através de elementos exógenos. Esse processo segue até hoje, em ritmo cada vez mais acelerado. (ALTENHOFEN, 2004, p. 84).

Ferraz (2007), de modo similar, também descreve o processo inverso da proibição da língua em algumas comunidades:

Tal fato veio restringir o uso das línguas maternas dos imigrantes principalmente no domínio público institucional. Contudo, mesmo com a proibição do ensino em língua estrangeira o que muito contribuiu para o estabelecimento do bilinguismo entre os imigrantes, a Campanha de Nacionalização do Ensino não conseguiu evitar o uso principalmente oral das línguas para cá trazidas, o que em muitos casos perdura até hoje. (FERRAZ, 2007, p. 70).

Em meados de 1920, problemas econômicos e políticos reduzem drasticamente a imigração para o Brasil, mesmo assim, não podemos considerar o Brasil monolíngue (o que para alguns estudiosos pode parecer um avanço societal), pois a história traz marcas da heterogeneidade que o País possui linguisticamente e culturalmente. Na verdade, o que acontece é um descaso com as línguas alóctones e autóctones, falta suporte devido a incompreensão sobre a importância das mesmas, pois estas representam uma ideologia, ou melhor, uma nação.

Vale ressaltar que é necessário ser feito um trabalho social para conscientizar a população que pensa, por exemplo, que falar uma variedade da língua, ou como na língua falada, um dialeto, é feio, é algo que não tem prestígio. Muitas variedades chamadas de dialetos eram e ainda são vistas como inferiores e conotam uma língua não real, sem valor, sendo isso um equívoco, pois um dialeto tem uma forma, uma sintaxe, uma fonética, portanto é uma língua.

Relatos sobre a língua alemã em época de repressão e o contato com a língua hoje

A metodologia adotada para a coleta de dados que demonstrem como uma decisão sobre uma política monolíngue do Estado Novo (1937-1945) afetou comunidades de fala alemã em Santa Catarina, mais especificamente nos arredores de Chapecó, foi a entrevista com quatro informantes (dois homens e duas mulheres) da geração mais velha, idade entre 46 e 61 anos, de descendência alemã, que moram em Chapecó há mais de vinte anos, mas que viveram com seus pais em comunidades menores perto da grande cidade do oeste, como Cunha Porã, Ipira, e Itapiranga, e que relatam histórias próprias e contadas pelos seus antepassados sobre a proibição do uso da língua alemã.

Segue abaixo, algumas histórias relatadas pelos entrevistados. As perguntas foram: Vocês vivenciaram a época em que a língua foi proibida no Brasil? Vocês acham que isso acabou influenciando, um pouco, a perda do contato com o alemão? Alguma história da família

ou que os pais contavam? E como era na escola, podia falar alemão ou só português?

O Informante 1 (I 1 - masculino, 46 anos) diz:

I 1 - Eu acho que sim, eh, no seguinte aspecto, eh, eu não tive essa repressão, né, porque eu era muito jovem, muito criança, né, naquela época, mas assim ó... eu sei de gente que destruiu um monte de coisas em alemão, destruiu livros, destruiu objetos, né, por causa dessa perseguição, né, e por consequência também não ensinaram seus filhos a falar alemão, também né. Então foi, eu acho que isso foi negativo sob todos os aspectos. E (entrevistador) - E vocês têm alguma história assim da família dessa época que vocês lembram, que os pais contavam talvez?

I 1 - Eu sei de uma história que o pai contava que como havia uma perseguição em relação a quem falasse alemão, né, então havia aquelas pessoas que não haviam aprendido o português e moravam em comunidades que só se falava alemão. E eu me lembro de uma história que, eh, como não podia falar alemão e alguém podia ouvir, né, nunca se sabia quem tava na espreita, então eh, eu tinha um vizinho do pai que ele ia na mercearia e anotava as coisas em alemão pro comerciante ler pra não precisar falar o alemão. Então foi uma forma dele... não falava, mas ele escrevia...

Em relação a perda da língua:

I 1 - Eu acho que perde sim, né, na medida em que você não fala, você perde, né.

A Informante 2 (I 2 - feminino, 47 anos) também diz que não vivenciou a época, foi anterior ao seu nascimento, mas na escola não poderia usar a língua alemã, após estar familiarizada com a língua portuguesa:

I 2 - A professora falava com a gente, a gente falava com os colegas em alemão, ah, mas na minha época era proibido falar alemão, era na época da ditadura. Então, alguns coleguinhas, né, dedavam a gente e diziam para a professora, ah fulano, ciclano falou em alemão e não pode falar alemão. Até por uma questão de a gente aprender o português, talvez, mais rápido, sei lá,

porque praticamente todos falavam alemão, só tinha um ou dois coleguinhas que não falavam alemão, mas o restante falavam todos alemão. E era proibido assim. E (entrevistador) - Mas, daí você falou antes que a professora também falava em alemão?

I 2 - Sim, mas ela falava, pra a gente se comunicar, porque a gente, por exemplo, eu comecei com seis anos, entrei na primeira série do ensino fundamental, eu não frequentei pré, não existia na época, então não tinha como se comunicar, ela tinha que falar em alemão porque a gente não entendia nada pelo menos nas primeiras semanas, até que a gente, o que era pra fazer e o que que não era pra fazer, a gente não entendia nada em português. Então, ela era obrigada a falar alemão com a gente. Lógico, depois ela dizia, não pode falar, ela forçava a gente a falar português pra aprender mais rápido.

E em relação a perda do contato com o alemão:

I 2 - Eu acho que sim, acho que perdi um pouco dessa fala, por exemplo, do dialeto né que eu falava porque acabo não praticando mais, eu não falo mais agora que tenho minha família que não, a gente não fala alemão, né, então, tô longe dos pais, então, ah, acaba se perdendo um pouco, por não praticar mais isso no dia a dia.

As mesmas perguntas foram feitas aos outros entrevistados. A Informante 3 (I 3 - feminino, 61 anos) disse que na escola só poderia falar em português, mas continuavam falando em alemão em casa:

I 3 - Quando começamos a frequentar o primeiro ano do colégio, aí, era só português, ninguém poderia, podia falar o alemão, então a gente foi obrigado a aprender o português na escola. Então, na escola só se podia falar o português, em casa continuamos falando alemão e português.

Além de relatar uma história da própria família:

I 3 - Eu quero colocar tipo uma proposta que o nosso diretor da escola questionou os alunos, todos nós, parados em frente à escola, enfileirados, como era proibido falar o alemão na vinda já, dentro da escola,

dentro da sala de aula, no pátio durante o recreio e na saída. Não se podia ouvir uma palavra em alemão. Daí ele questionou os alunos: levanta a mão o aluno que quebrar a promessa, todos eram obrigados a falar, o único que levantou a mão foi meu irmão, e ele, no momento que levantou a mão, ele recebeu um castigo, porque ele não quis cumprir a promessa.

E (entrevistador) - E você lembra o castigo?

I 3 - O castigo dele era ficar ajoelhado durante um recreio inteiro na área coberta onde todos os outros vissem ele ajoelhado, não podia brincar.

E continua:

I 3 - Nós não chegamos a vivenciar apenas a gente ouviu fatos de que aconteceram com nossos parentes mais velhos.

E - Como assim?

I 3 - Cunhados, tios, com nossos pais que tiveram, que contaram assim como, que chegavam pessoas vasculhavam a casa e se encontravam um livro, alguma coisa ou algum, alguma coisa ou escutavam pessoas falando o alemão, eles eram severamente castigados, machucados, até ameaçados de morte. Eles quebravam objetos, furtaram, assim, artigos de valor, que eles possuíam dentro de casa, tudo para ameaçar a fala da língua alemã. E são fatos reais, isso são fatos reais que aconteciam no interior.

O Informante 4 (I 4 - masculino, 60 anos) relata sobre o medo das pessoas na época e sobre como era na escola:

I 4 - Que o pessoal tinha medo, medo e até não falavam quando vinha um estranho, procurava não falar porque podia se a pessoa que castiga eles, se falassem alemão.

I 4 - Aprendi a falar o alemão, desde pequeno só falava alemão, comecei a falar português quando comecei a frequentar a escola com 7, entre 7 e 8 anos de idade. Aí, até ali, eu não sabia falar nenhuma palavra em português, então na escola, também a gente tinha que falar o português, era obrigado a falar o português porque tinha uma época até que era proibido falar o alemão. Então, os professores, certos professores, nem todos, até adotaram isso aí, por exemplo, na escola é obrigado falar o português, então a gente tinha que se virar e falava e se virava, ficava quieto, não falava nada. Eu sei que muitos até nem sabiam pedir água, nada em

português, quando começaram, depois com o tempo, a gente foi aprendendo.

Quanto as perguntas: Como aprenderam alemão? E se outros familiares também falam? Todos responderam que foi em casa com a família e que os irmãos também falam alemão. O primeiro contato com o português foi após os cinco anos na escola e que hoje eles ainda falam alemão quando vão para a cidade natal e sempre que surge uma oportunidade.

Em relação a pergunta sobre quantas pessoas você acha que falam alemão em Chapecó? Os quatro informantes relatam ser um número muito pequeno, ou a minoria, pois predomina a descendência italiana na região.

Outra questão abordada foi se eles ensinaram alemão para os filhos. Os quatro informantes também relatam não ter ensinado aos seus filhos. Os informantes 1 e 2 porque casaram com alguém de outra etnia e os informantes 3 e 4 porque foram morar em um cidade maior e que tinha mais descendentes italianos. Os informantes 2, 3 e 4 afirmam que tentaram ensinar algumas palavras e não foram persistentes em continuar ensinando a língua alemã devido aos contatos sociais, a maioria se dava em português. Assim, percebe-se que o contato dos descendentes com a língua está diminuindo, pois as famílias estão deixando de ensinar a língua para seus filhos.

Segundo os relatos dos informantes e analisando a história do Brasil, percebemos que a política de repressão do Estado Novo realmente trouxe consequências, principalmente coibindo o uso da língua alemã em escolas e também em ambientes públicos, mas como podemos observar os falantes são filhos de pais que vivenciaram a época da repressão e, mesmo assim, sabem falar a língua alemã, o que não ocorreu com a geração subsequente, provavelmente devido ao aumento das redes sociais com as quais, estes descendentes se envolveram, pois os quatro informantes vieram de cidades menores e se instalaram em Chapecó, maior cidade do oeste, o que ampliou os contatos sociais destes.

Dessa forma, podemos observar que, na verdade, a medida política

realmente reprimiu falantes de comunidades alemãs a falarem em locais públicos, como igrejas e escolas, mas em algumas famílias o ensino da língua alemã continuou. Altenhofen (2004) e Ferraz (2007) sugerem que o passar dos anos, o desenvolvimento tecnológico e a urbanização fizeram com que a língua alemã fosse desaparecendo. E ainda, segundo Altenhofen (2004), a decisão não se materializa apenas nas decisões do Estado, outras instâncias também determinam as escolhas da língua como a família, por exemplo, o que provavelmente ocorreu com os informantes acima citados.

Políticas atuais em relação a diversidade no Brasil

Atualmente, após anos de tentativas e falta de interesse, o reconhecimento da pluralidade passou a ser tema importante para as políticas sociais, o surgimento de algumas condutas que considerem a heterogeneidade do País é uma realidade. Um exemplo é a criação da SECAD em 2004, hoje SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), que em um âmbito mais educacional valoriza as diferenças e a diversidade.

Um pouco anterior a SECAD, a Constituição Brasileira de 1988 reconhece os diferentes povos, as línguas e os direitos indígenas no Brasil, segundo Ferraz (2007):

A constituição brasileira, promulgada em 1988, consolidou direitos conquistados pelos povos indígenas do Brasil. Tal fato tem permitido uma série de ações voltadas para a revitalização das identidades, dos costumes, das línguas, das crenças e tradições indígenas. (FERRAZ, 2007, p. 48).

Relacionando o tema com a escolarização, a Proposta Curricular de Santa Catarina, pela lei 9.394/96 que torna o ensino da língua estrangeira (LE) obrigatória nas escolas, não delimita qual LE deve ser ensinada na escola pública, isto quer dizer que a sociedade ou o aluno poderá escolher qual língua gostaria de estudar, visando a manutenção da cultura e das línguas faladas no Brasil, porém, isso depende da estrutura da escola e de profissionais habilitados. Assim,

a Proposta Curricular de Santa Catarina abre espaço para uma visão plurilinguística no ensino de língua estrangeira, mas ela mesma reconhece que o ensino de uma LE (inglês) predomina nas escolas públicas, fato que possivelmente ocorre pelas razões citadas acima.

Hoje, os municípios também podem cooficializar línguas em nível nacional, um exemplo é a cidade de Pomerode, em Santa Catarina, que desde 2010 instituiu a língua alemã como cooficial, pois 90% da população é bilíngue e descendente dessa etnia.

Além disso, a instauração do Inventário Nacional da Diversidade Linguística do Brasil decreta:

O Inventário Nacional da Diversidade Linguística é o primeiro instrumento jurídico que reconhece todas as categorias de línguas, indígenas, de imigração, de sinais, afro-brasileiras, crioulas, além das variedades do português falado no país, assumindo assim que brasileiros de diversas línguas e origens contribuíram na construção do país. Portanto, é um instrumento importante na construção de uma nova visão de Brasil, a de um país plurilíngue e pluricultural. (ALTENHOFEN; OLIVEIRA, 2011, p. 205).

O fato de a heterogeneidade ser considerada pelo poder legislativo é um grande começo, mas a implementação e os resultados reais nas comunidades e sociedade brasileira só acontecerão se houver investimento e infraestrutura disponíveis e isso requer tempo.

A deficiência dos sistemas escolares e a falta de profissionais capacitados, por exemplo, professores nas escolas que falem mais de uma língua ou a variedade da comunidade, é uma das melhorias que precisam ser implantadas. Às vezes, os próprios professores não valorizam a variedade falada pelo aluno, por falta de conhecimento linguístico, a concepção de língua é muito importante nesses casos:

De modo geral, a denominação de uma língua, como afirma Coseriu (1982), representa uma abstração que pode encobrir uma série de variantes internas. Nesse sentido, ninguém fala *o* português, *o* espanhol, *o* alemão. Todos falamos, do ponto de vista dialetológico ou sociolinguístico, uma *variedade* do português, do espanhol, do alemão, e assim por diante. Enquanto

abstrações, no entanto, as línguas se prestam ao reconhecimento de unidades dentro das variedades, fatos linguísticos no Brasil. (ALTENHOFEN; OLIVEIRA, 2011, p. 188).

Dessa forma, espera-se que o reconhecimento da pluralidade linguística cultural do Brasil não fique apenas no papel e que conseguimos em breve ver na prática um país que valorize mais toda a sua ideologia e miscigenação, respeitando as diversas variedades aqui faladas.

Conclusão

O estudo foi muito enriquecedor para entender melhor a diversidade linguística existente no Brasil através do apanhado histórico sobre o País e as línguas que aqui se instalaram. Também foi interessante para conhecer melhor sobre a política de repressão do Estado Novo. Outro aspecto, o qual abrange o objetivo principal do trabalho sendo muito inspirador, foi a busca pelo entendimento das razões pelas quais o ensino da língua alemã deixou de ser concretizado por muitas famílias. Lembro que essa pesquisa considerou somente a área urbana e entrevistas com pessoas de mais de 45 anos (homens e mulheres), mas que para um futuro trabalho pode-se levar em conta também a área rural e pessoas mais novas contemplando assim a visão da dialetologia pluridimensional de Thun.

Por meio das entrevistas, notou-se que os informantes não vivenciaram de fato a época da decisão política de tornar um país monolíngue (1937-1945), a informante mais velha é de 1952, mas viveram consequências como o ensino do português na escola com a proibição das línguas alóctones. Mesmo assim, a contribuição dos informantes foi muito importante e reveladora, pois eles relataram histórias de família sobre a época da repressão que avós e pais contavam.

Assim, pelas entrevistas e leituras efetuadas, percebeu-se que a política repressora do Estado Novo que coibiu o uso das línguas alóctones no Brasil foi realmente um fator condicionante que fez com

que a língua alemã deixasse de ser usada em espaços públicos e que as pessoas sentiam medo em usá-la, pois poderiam ser punidas. Mas não foi o único fator que levou as famílias a não ensinarem mais a língua para seus filhos, pois em um ambiente mais íntimo, em casa, por exemplo, muitas famílias continuaram a ensinar a língua de origem (o alemão) para seus descendentes. Nos casos entrevistados compreende-se que foi o desenvolvimento urbano e tecnológico, além do aumento dos contatos sociais das pessoas em geral, que fez com que as famílias deixassem de ensinar a língua alemã a seus sucessores.

E, por fim, depois de entender melhor o processo em que muitas línguas passaram no Brasil, pesquisou-se sobre o País, hoje, e nota-se que este está revendo suas leis e reconhecendo toda essa diversidade linguística. Portanto, espera-se que isso de fato se concretize e que as variedades linguísticas comecem a ser valorizadas no Brasil.

Nota:

* Possui graduação em Letras Inglês pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó e especialização (*Latu Sensu*) em Estudos da Tradução nesta mesma instituição. Atualmente, está cursando mestrado em Estudos Linguísticos na Universidade Federal da Fronteira Sul. Atua como professora de inglês na rede municipal e também em faculdades e universidades da cidade.

Referências

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. Política linguística, mitos e concepções linguísticas em áreas bilíngues de imigrantes (alemães) no Sul do Brasil. **Revista Internacional de Linguística Iberoamericana (RILI)**, Frankfurt a.M., v. 1, n. 3, p. 83-93, 2004.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson; MELLO, Heliana; RASO, Tommaso (Orgs.). **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson; OLIVEIRA, Gilvan Müller de. O in vitro e o in vivo na política da diversidade linguística do Brasil. In: ALTENHOFEN, Cléo V.; MELLO, Heliana; RASO, Tommaso (Orgs.). **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 187-216.

CAVALCANTI, Marilda C. Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil. **D.E.L.T.A.**, v. 15, n. especial, p. 385-417, 1999.

FERRAZ, Anderlande Pereira. O panorama linguístico brasileiro: a coexistência de línguas minoritárias com o português. **Filologia Linguística Portuguesa**, n. 9, p. 43-73, 2007.

POCHE, Bernard. A construção social da língua. In: VERMES, Geneviève; BOUTET, Josiane (Orgs.). **Multilinguismo**. Trad. Tânia Alkmin. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1989. p. 57-88.

SANTA CATARINA (Estado). Secretaria de Educação. **Proposta curricular**. 1996. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/proposta-curricular>>. Acesso em: 5 out. 2013.

SKUTNABB-KANGAS, Tove; PHILLIPSON, Robert. Linguicide and linguicism. In: GOEBL, Hans et al. (Eds.). **Contact linguistics: an international handbook of contemporary research**. Handbooks of linguistics and communication science. Berlin: Walter de Gruyter & Co., 1996. p. 667-675.

Recebido em 01 de novembro de 2013.
Aprovado em 11 de dezembro de 2013.

Abstract

This paper tries to present some accounts which confirm the decision of turning Brazil into a monolingual country and the consequences this form of repression caused to the trajectory of the German language in Brazil. The research is divided in three parts, the first one is constituted by a general historical survey about Brazil and the languages spoken in the country. In the second section, some accounts are given by the interviewees, who live in Chapecó, about the German language and its relation with the political decision of turning Brazil a monolingual country. And the last aspect emphasized deals with current politics that bring the Brazilian diversity into question.

Keywords: Monolingual country. Languages. Politics.